



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 340,00

<p>Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.imprensanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».</p>	<p style="text-align: center;">ASSINATURA</p> <p style="text-align: right;">Ano</p> <p>As três séries .....Kz: 1 150 831,66</p> <p>A 1.ª série .....Kz: 593.494,01</p> <p>A 2.ª série .....Kz: 310.735,44</p> <p>A 3.ª série .....Kz: 246.602,21</p>	<p>O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo Imposto de Selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.</p>
--	--	---

## SUMÁRIO

### Presidente da República

**Decreto Presidencial n.º 109/23:**

Aprova a Adenda ao Contrato de Serviços com Risco do Bloco 44. — Revoga o Decreto Presidencial n.º 360/19, de 23 de Dezembro.

**Decreto Presidencial n.º 110/23:**

Aprova as alterações ao Contrato de Serviços com Risco do Bloco 30. — Revoga o Decreto Presidencial n.º 357/19, de 23 de Dezembro.

**Decreto Presidencial n.º 111/23:**

Aprova as alterações ao Contrato de Serviços com Risco do Bloco 45. — Revoga o Decreto Presidencial n.º 359/19, de 23 de Dezembro.

**Despacho Presidencial n.º 93/23:**

Actualiza a Comissão Nacional Multisectorial para a Salvaguarda do Património Cultural Mundial, criada pelo Despacho Presidencial n.º 25/18, de 5 de Março, com o objectivo de promover a implementação de programas de conservação e a gestão participativa do património cultural, coordenada pela Vice-Presidente da República.

### Ministério da Cultura e Turismo

**Decreto Executivo n.º 56/23:**

Declara como Património Cultural Imaterial Nacional o instrumento musical Dicanza, no domínio dos Saberes e Ofícios Tradicionais.

## PRESIDENTE DA REPÚBLICA

**Decreto Presidencial n.º 109/23**  
de 3 de Maio

O Decreto Presidencial n.º 76/19, de 13 de Março, concedeu à Concessionária Nacional os direitos mineiros para a prospecção, pesquisa, avaliação, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos líquidos e gasosos na Área de Concessão do Bloco 44.

A Concessionária Nacional, com vista à execução das actividades petrolíferas, celebrou com o Consórcio um Contrato de Serviços com Risco, através do qual o mesmo assumiu todas as obrigações inerentes ao Contrato.

A empresa Esso Exploration and Production (Block 44) Limited, na qualidade de Operador, abordou a Concessionária Nacional sobre a necessidade de atribuição de incentivos fiscais adicionais, com fundamento no facto da concessão localizar-se numa zona de fronteira. Entretanto, afigura-se necessária a conclusão das actividades de pesquisa para melhor avaliação do potencial da concessão.

Assim, a Concessionária Nacional solicitou a aprovação da Adenda ao Contrato de Serviços com Risco, que contém os termos e condições acordados entre a Concessionária Nacional e o Consórcio do Bloco 44, por forma a garantir o fomento do investimento de risco e a justa remuneração dos investidores.

Atendendo ao disposto no artigo 50.º da Lei n.º 10/04, de 12 de Novembro — das Actividades Petrolíferas;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambas da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º  
(Objecto)

É aprovada a Adenda ao Contrato de Serviços com Risco do Bloco 44.

ARTIGO 2.º  
(Prémio de produção)

Para efeitos do presente Diploma, entende-se por:

- a) «Prémio de Investimento» — 40% sobre as importâncias investidas e capitalizadas em cada ano fiscal, a partir de 1 de Janeiro do ano de início da produção;
- b) «Prémio de Produção» — percentagem sobre os volumes de petróleo bruto e gás líquido, tido em conta no cálculo do rendimento bruto, nos termos do seguinte:

- i. Se nenhum Poço for perfurado no Bloco 44 a uma profundidade de água no local de perfuração igual ou superior a 2.000 (dois mil) metros e se o referido Bloco não se encon-

trar a mais de 250 quilómetros de distância de uma instalação de produção no momento da celebração do Contrato, aplicam-se os seguintes termos:

<b>Taxa Interna de Rentabilidade do Consórcio</b>	<b>Prémio de Produção (%)</b>
Menos de 10%	82
De 10% a menos de 15%	80
De 15% a menos de 20%	79
De 20% a menos de 25%	76
De 25% a menos de 30%	74
30% ou mais	70

- ii. Se algum Poço for perfurado no Bloco 44 a uma profundidade de água no local de perfuração igual ou superior a 2.000 (dois mil) metros e se o referido Bloco se encontrar a

mais de 250 quilómetros de distância de uma instalação de produção no momento da celebração do Contrato, aplicam-se os seguintes termos:

<b>Taxa Interna de Rentabilidade do Consórcio</b>	<b>Prémio de Produção (%)</b>
Menos de 10%	95
De 10% a menos de 15%	85
De 15% a menos de 20%	75
De 20% a menos de 25%	65
De 25% a menos de 30%	50
De 30% a menos de 35%	35
35% ou mais	35

**ARTIGO 3.º**  
**(Fixação da taxa)**

É fixada em 10% a taxa do Imposto sobre a Produção de Petróleo da Concessão do Bloco 44.

**ARTIGO 4.º**  
**(Revogação)**

É revogado o Decreto Presidencial n.º 360/19, de 23 de Dezembro.

**ARTIGO 5.º**  
**(Dúvidas e omissões)**

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

**ARTIGO 6.º**  
**(Entrada em vigor)**

O presente Decreto Presidencial entra em vigor na data da sua publicação.

Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 30 de Março de 2023.

Publique-se.

Luanda, aos 25 de Abril de 2023.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

(23-3102-B-PR)

**Decreto Presidencial n.º 110/23**  
de 3 de Maio

O Decreto Presidencial n.º 54/19, de 18 de Fevereiro, concede à Concessionária Nacional os direitos mineiros para a prospecção, pesquisa, avaliação, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos líquidos e gasosos na Área de Concessão do Bloco 30.

A Concessionária Nacional, com vista à execução das actividades petrolíferas, celebrou com o Consórcio um Contrato de Serviços com Risco, através do qual, o mesmo assumiu todas as obrigações inerentes ao Contrato.

Havendo a necessidade de alterar os termos contratuais aprovados, de forma a viabilizar a perfuração de poços de pesquisa e em caso de descoberta, prosseguir para a fase de desenvolvimento;

Atendendo o disposto no artigo 50.º da Lei n.º 10/04, de 12 de Novembro — das Actividades Petrolíferas;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º  
(Objecto)

São aprovadas as alterações ao Contrato de Serviços com Risco do Bloco 30.

ARTIGO 2.º

(Prémio de produção)

Para efeitos do presente Diploma, entende-se por:

a) «Prémio de Investimento» — 40% sobre as importâncias investidas e capitalizadas em cada ano fiscal, a partir de 1 de Janeiro do ano de início da produção;

b) «Prémio de Produção» — percentagem sobre os volumes de petróleo bruto e gás líquido, tido em conta no cálculo do rendimento bruto, nos termos do seguinte:

i. Se nenhum poço for perfurado no Bloco 30 a uma profundidade de água no local de perfuração igual ou superior a 2.000 (dois mil) metros e se o referido Bloco não se encontrar a mais de 250 quilómetros de distância de uma instalação de produção no momento da celebração do Contrato, aplicam-se os seguintes termos:

<b>Taxa Interna de Rentabilidade do Consórcio</b>	<b>Prémio de Produção (%)</b>
Menos de 10%	82
De 10% a menos de 15%	80
De 15% a menos de 20%	79
De 20% a menos de 25%	76
De 25% a menos de 30%	74
30% ou mais	70

ii. Se algum poço for perfurado no Bloco 30 a uma profundidade de água no local de perfuração igual ou superior a 2.000 (dois mil) metros e se o referido Bloco se encontrar a

mais de 250 quilómetros de distância de uma instalação de produção no momento da celebração do Contrato, aplicam-se os seguintes termos: